

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 544.068 - SC (2019/0333106-4)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : LEANDRO GORNICKI NUNES**  
**ADVOGADO : LEANDRO GORNICKI NUNES - SC013825**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : D V J (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **D. V. J.**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 217-A do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 29 (vinte e nove) anos e 13 (treze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, sendo-lhe permitido recorrer em liberdade.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação, readequando a reprimenda para 15 (quinze) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e determinou a execução provisória da pena.

No presente *habeas corpus*, o impetrante pleiteia seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado de sua condenação.

### É o relatório.

O impetrante insurge-se contra a determinação de expedição de mandado de prisão contra o paciente, para início de cumprimento de sua pena de 15 (quinze) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime fechado.

Após o julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292/SP (STF, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 17/2/2016), esta Corte passou a adotar o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal". Em outras palavras, voltou-se a admitir o início de cumprimento da pena imposta pelo simples esgotamento das instâncias ordinárias, ou seja, antes do trânsito em julgado da condenação.

Contudo, em 08/11/2019, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, e decidiu, por maioria de votos, que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Assim, a prisão antes de esgotados todos os recursos cabíveis apenas poderá ocorrer por decisão individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no caso dos presentes autos.

Ante o exposto, **concedo** o *habeas corpus* para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente, nos autos da Ação Penal n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

0001775-97.2017.8.24.0038, até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

